Filiada à CNTU

ENGENHEIRO

Órgão informativo da Federação Nacional dos Engenheiros – Ano XVI – Nº 144 – Maio/2014

Ministério dos Transportes

Trecho em obras da ferrovia Transnordestina entre Salgueiro e Porto de Suape, em Pernambuco.

Colocar o País nos trilhos

Seminário promovido pela FNE defende investimentos para ampliação e modernização da ferrovia, que deve ter papel de destaque na expansão econômica nacional. Atividade integrou o projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" e foi realizada no dia 25 de abril, no Rio de Janeiro.

Página 4

Copa 2014

Aldo Rebelo faz balanço e afirma que mundial será sucesso

Página 5

Sindical

CNTU defende valorização do Ministério do Trabalho

Página 3

Pauta diversificada

Engenheiro traz nesta edição diferentes e relevantes preocupações que estão na pauta da categoria. Em matéria de capa, a discussão sobre a ferrovia brasileira, realizada em 25 de abril, na cidade do Rio de Janeiro. É clara a necessidade de dar maior ênfase ao modal sobre trilhos e de planejar um sistema que dê esteio ao desenvolvimento nacional.

Um balanço dos preparativos para a Copa 2014 foi feito em 11 de abril, em São Paulo, pelo ministro Aldo Rebelo, que garantiu o sucesso do evento. A atividade integra o projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", que vem abordando o mundial de futebol sob o ângulo do legado que pode ficar à sociedade.

Por conta da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) ficaram dois debates de grande importância, ambos em São Paulo. Em 14 de abril, o tema foi o Ministério do Trabalho e Emprego e a necessidade de fortalecimento e valorização da pasta. No dia 15, como relata em entrevista a vice-presidente da entidade, Gilda Almeida de Souza, aconteceu o 1º Encontro da Profissional Universitária, que focou a luta pela igualdade de gênero e a plena emancipação feminina.

Em C&T, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação que está para ser votado e promete desburocratizar a atividade de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

Profissional habilitado é garantia de segurança e pode evitar tragédias

Qualificação a serviço da sociedade

José Luiz Azambuja

NÃO É DE HOJE que a bandeira da valorização permanente da nossa atividade profissional concentra os esforços de gerações de dirigentes dos sindicatos e da FNE. Só que nessa trajetória a defesa das atribuições relacionadas à responsabilidade técnica, muitas vezes, é considerada mero corporativismo. A experiência, no entanto, nos oferece provas de que a preservação ou a eventual sonegação de tais prerrogativas interfere de forma direta na qualidade de vida e na segurança da população. O caso da Boate Kiss é o exemplo mais dramático das consequências que esse estado de permissividade e simplificação pode acarretar.

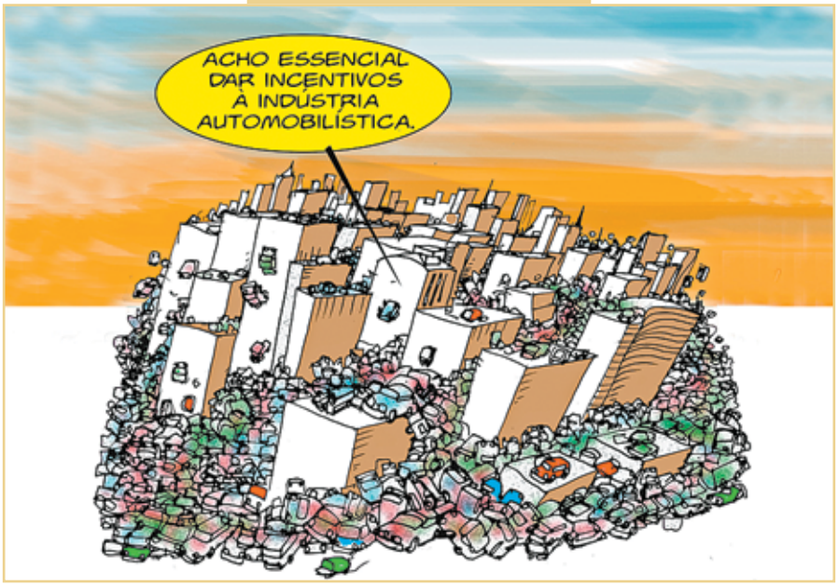
Não obstante as 242 mortes, os fatos de Santa Maria serviram de cenário para trazer à tona não apenas a confusa e burocrática realidade que assola este país. Mais uma vez, a tragédia evidenciou a necessária e urgente revisão do arsenal legal para o funcionamento e ocupação de casas noturnas e de todos os locais de concentração pública. Diversas iniciativas vêm sendo adotadas nesse sentido, o que reforça a tese de que a sociedade reage por estímulo, enquanto torce para que eventos semelhantes não voltem a acontecer. A Assembleia Legislativa gaúcha, por exemplo, apressou-se em criar uma nova legislação, que ainda precisa de regulação. Isso merece ser saudado, ainda que tenha permanecido no texto legal uma pequena brecha possibilitando análise de projetos por leigos. Embora os trabalhos tenham se desenrolado de forma aberta, com a participação inclusive do Senge-RS, a principal posição defendida por nós não foi acatada. Defendemos que a emissão do Alvará de Proteção e Prevenção Contra Incêndio (APPCI) seja atribuição exclusiva de quem detém a atribuição profissional legal para tanto; no caso, engenheiros e arquitetos. Como a contratação desses profissionais é uma dificuldade aparentemente intransponível para os batalhões do Corpo de Bombeiros e para as prefeituras, a manutenção dos chamados "oficiais militares" foi mantida na lei sancionada em dezembro de 2013 pelo governador Tarso Genro. Entretanto, ao encaminhar em abril de 2014 à Assembleia Legislativa projeto de lei regulamentando a nova legislação, o governador atendeu a pressão de prefeitos e dos proprietários de estabelecimentos queixosos do excessivo rigor. Entre outras simplificações, acrescentou os "servidores com formação e qualificação como bombeiros" entre aqueles autorizados a emitir o APPCI, além de permitir que edificações de risco médio, ou seja, quase a totalidade, possam ser aprovadas com Plano Simplificado.

> *Senge defende que Alvará de Proteção e Prevenção Contra Incêndio seja atribuição exclusiva de engenheiros e arquitetos.*

O Senge-RS, através da sua diretoria e do Conselho Técnico Consultivo, participou ativamente da elaboração dessa lei. Insistimos em apontar os pontos que colocam em risco a sociedade e continuaremos a fazê-lo nos diversos fóruns de discussão. No caso específico do PL que está tramitando, reagimos prontamente, reiterando nossa posição diretamente ao governador e a cada um dos deputados estaduais. Da mesma forma, consideramos um avanço a aprovação na Câmara Federal do Projeto de Lei 2.020/2007 que atualiza o tema em âmbito nacional. Esperamos que os senhores senadores acelerem sua análise e aprovação, atentando para a importância de que os conhecimentos técnicos dos profissionais da engenharia e da arquitetura estejam a serviço da segurança e da qualidade de vida da sociedade.

José Luiz Azambuja é presidente do Senge Rio Grande do Sul

MARINGONI



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro Có, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brízida, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauen, Lincolin Silva Américo, João Alberto Rodrigues Aragão, Marcos Luciano Camoeiras, Gracindo Marques. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** maio de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Movimento sindical deve atuar pela valorização do MTE, hoje ausente das decisões nacionais

Fortalecer o Ministério do Trabalho

Soraya Misleh

Enfraquecido e desestruturado ao longo do tempo, próximo de completar 84 anos de sua criação – em 3 de novembro –, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) precisa voltar à cena política enquanto agente das decisões nacionais. Para tanto, é fundamental o engajamento do movimento sindical. Esses foram os apontamentos centrais feitos durante seminário sobre a valorização do órgão. Promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) em 14 de abril, na sede do Seesp, na Capital paulista, o evento visou subsidiar as ações da entidade nessa direção. A iniciativa resultou, conforme havia proposto seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro – que também está à frente da FNE –, na elaboração de um documento contemplando o conjunto de contribuições feitas a que se recupere o protagonismo do Ministério o qual foi enviado ao Executivo Federal ainda no final de abril.

A atividade contou à abertura com a presença de ex-titulares da pasta, bem como dos presidentes da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto; da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; da Força Sindical, Miguel Torres; e do superintendente Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros Neto – esse último um dos expositores da mesa que discorreu sobre os desafios ao fortalecimento do MTE. Prestigiou ainda a atividade a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Inaugurando as falas, Almino Affonso, ex-ministro do Trabalho no Governo João Goulart, o Jango, ressaltou que, à época, todas as decisões importantes contavam com a presença desse órgão. Ainda segundo ele, graças a sua ação, "a liberdade sindical era plena e absoluta no breve período do mandato do presidente, o que causou um ódio terrível dos empresários" – culminando com a deposição de Jango e a instauração da ditadura civil-militar a partir de abril de 1964 até 1985.

O primeiro golpe contra o MTE foi dado justamente pelo regime de exceção, com seu enfraquecimento e a prisão de muitos dirigentes sindicais e trabalhadores. Nesse contexto, Dorothea Werneck, que esteve à frente da pasta de 1989 a 1990, no Governo José Sarney, salientou que seu mandato coincidiu com as novas regras constitucionais, proclamadas em outubro de 1988, em que os sindicatos ainda estavam se reestruturando e muitos definiam suas ações tomando como base as orientações ministeriais. "Passados 24 anos, temos, hoje, novos desafios. Um deles é o de repensar o Ministério do Trabalho."

Ministro escolhido por Tancredo Neves, presidente que não chegou a assumir o governo, Almir Pazzianotto ficou na pasta de 1985 a 1988, já sob o Governo Sarney. Na sua avaliação, durante esse período, o MTE pode até ter cometido erros, mas nunca foi ignorado. É o que tem ocorrido hoje, segundo o ministro do Governo Itamar Franco, Walter Barelli, de 1992 a 1994. No comando da pasta no Governo Collor, entre 1990 e 1992, Antonio Rogério Magri reforçou a critica ao distanciamento do MTE das grandes discussões nacionais. Para ele, existe um desmonte progressivo do Ministério, que em 1990 contava com 5 mil auditores-fiscais, ante 3 mil hoje. A estrutura administrativa também está sendo deteriorada, e a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) perdeu sua importância. "Precisamos restabelecer a soberania do Ministério."

Conforme o secretário-adjunto de Relações do Trabalho do MTE, Carlos Artur Barboza, que representou no ensejo o atual ministro, Manoel Dias, esse último entregou, recentemente, à presidente Dilma Rousseff uma pauta com dois itens: resgatar o papel histórico do MTE na condução das grandes políticas de governo e modernizar suas estruturas.

Beatriz Arruda

Importância de resgatar papel histórico do MTE foi enfatizada por ex-ministros e representantes de centrais sindicais durante abertura do seminário. No púlpito, o presidente da CNTU e da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Levantar essa bandeira

Para tanto, é fundamental o envolvimento do movimento sindical, como frisou em sua palestra João Franzin, diretor da Agência Sindical e apresentador do programa *Câmera Aberta Sindical*. Ele fez uma série de sugestões para tanto, como a de que nas celebrações do 1º de Maio – Dia do Trabalhador – as centrais levantassem a bandeira pela valorização do MTE. Resgatar seu protagonismo, na análise de Marcos Verlaine, assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), passa pelo fortalecimento da representação da bancada sindical no Legislativo – ao que as eleições deste ano são uma oportunidade. Ele lembrou que sua composição hoje é de apenas 91 parlamentares, ante mais de 250 do lado empresarial.

A situação de penúria em que se encontra esse órgão, bem como a importância da atuação do movimento sindical em seu favor foi explicitada por Medeiros, segundo o qual em São Paulo alguns serviços melhoraram porque contaram com ajuda das entidades em sua estruturação. Entre os papéis que cabem a esse organismo – e devem ser resgatados –, o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, citou o de promotor das políticas associadas ao mercado de trabalho, como as relativas à geração de emprego e formação profissional.

Consultor sindical da CNTU, João Guilherme Vargas Netto concluiu: "Partindo do reconhecimento de que há um esforço no País por avançar nas questões do crescimento econômico com distribuição de renda, esse pode ser um local privilegiado da luta do movimento sindical." Também participaram do evento os advogados trabalhistas Nicole Goulart e Paulo Lemgruber, além do engenheiro de segurança do trabalho e ex-diretor técnico da Fundacentro João Bosco Nunes Romeiro.

Colaborou Rosângela Ribeiro Gil

Realizado no Rio de Janeiro, evento apontou importância do modal ao desenvolvimento

FNE debate transporte sobre trilhos

Rita Casaro

Marcando os 160 anos da ferrovia no País, completados em 30 de abril último, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) realizou, no dia 25 do mesmo mês, seminário visando diagnóstico do setor e a elaboração de propostas de melhorias e avanços. O evento aconteceu no auditório da Federação do Comércio (Fecomércio), na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença do governador fluminense, Luiz Fernando de Souza, o Pezão. Ele se declarou "entusiasta da ferrovia" e manifestou apoio ao esforço de alavancar o setor: "Fico feliz em ver engenheiros. Este País ficou 30 anos cuidando da moeda e esquecemos de sonhar. Perdemos essa memória e vemos o País precisando de bons projetos. Para o Rio, é fundamental para a mobilidade urbana. Só vamos melhorar com trem e metrô. Contem comigo para ajudar."

Seminário indicou necessidade de visão de longo prazo e modernização da ferrovia brasileira, que precisa ser pensada levando-se em conta a cadeia produtiva nacional.

O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou a urgência em se fazer propostas para investimentos no sistema ferroviário brasileiro, deixado de lado por um longo período, embora seja reconhecidamente uma opção mais econômica e ambientalmente mais viável.

Também prestigiaram a sessão de abertura do seminário o deputado Julio Lopes (PP-RJ), o diretor da Fecomércio, Natan Schiper, o subsecretário de Transportes do Estado do Rio, Delmo Pinho, o vereador da cidade de Campo Grande, Edson Shimabukuro (PTB), presidente do Senge Mato Grosso do Sul, a diretora regional Sudeste da FNE, Clarice Aquino Soraggi, e os coordenadores do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", Fernando Palmezan Neto e Carlos Monte.

Planejamento

Ex-secretário de Política Nacional de Transportes e atualmente consultor na área, Marcelo Perrupato defendeu em sua palestra a necessidade de planejamento para que o País tenha transporte e logística adequados. "Temos que conhecer o território brasileiro e ser capazes de criar um sistema multimodal integrado com terminais nas hidrovias e nas rodovias, direcionado para os grandes conglomerados industriais (siderúrgicas e refinarias), para os Centros de Integração Logística e para os portos", afirmou.

A ideia é "derrubar o mito de que ferrovia é para grandes distâncias e grandes cargas". Na sua opinião, é preciso pensar o papel do modal num padrão de desenvolvimento que leve em conta a cadeia produtiva, não apenas a exportação de *commodities*, como minério.

Segundo ele, esse novo modelo é o que propõe o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), que prevê R$ 428 bilhões de investimentos entre 2008 e 2023, sendo 47% do montante para o setor. Com alguns avanços, a ferrovia chegou a 2011 responsável por 30% da matriz de transporte, informou.

Defensor das diretrizes traçadas para o setor, Perrupato ressaltou que essas levaram em conta o "surto de interiorização do desenvolvimento brasileiro, que estava seguindo uma orientação Sul-Norte", lembrando que a Ferrovia Transnordestina atende a expansão econômica, que ficou acima do patamar nacional, que tem média anual estimada em 3,5%.

Ele propugnou ainda pela consolidação do que chamou de "ferrovia do século XXI", com bitola larga, em vez de métrica, possibilitando maior velocidade, e regime de livre acesso, pelo qual diversas empresas podem utilizar os mesmos trilhos. "Na Alemanha, o resultado foi que hoje mais de 300 operadores passam pelas linhas, embora a gestão seja da companhia estatal. Ganhou-se competitividade." No Brasil, observou ele, a proposta é que a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., cuja estrutura está sendo revista com esse fim, seja a responsável pela contratação do operador privado.

O palestrante ressaltou que a programação de investimentos abrange também a recuperação de trechos dedicados ao transporte de passageiros nas antigas linhas que se estendem por áreas densamente habitadas por meio do programa de trens regionais. Perrupato lamentou o fato de essa utilização da ferrovia estar hoje basicamente reduzida a passeios turísticos. "Estamos correndo atrás das coisas que perdemos, mas não adianta chorar o leite derramado, temos que criar um modelo novo", concluiu.

Péricles Pinheiro

O governador Luiz Fernando de Souza, o Pezão (no púlpito), participa da abertura do evento no Rio de Janeiro e comemora a presença da engenharia no estado.

Obras, pesquisa e história

Próximo a fazer sua exposição, Carlos Monte corroborou a necessidade de uma concepção estratégica de longo prazo. "Aos poucos, no setor de logística, consolida-se a visão de que é preciso planejamento. Isso deve ser cada vez mais um programa de Estado", afirmou. Ele apresentou ainda o balanço, referente a dezembro de 2013, das obras e projetos para o setor previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Conforme Monte, são cerca de 15 empreendimentos que se espalham pelo País, em estágios diversos de andamento.

Hostilio Xavier Ratton Neto, professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi mais um a reforçar a necessidade de se acabar com os improvisos. "A cultura no Brasil é de fazer obras e, para que sejam viabilizadas, apresenta-se custo inferior ao real. Depois, os projetos sofrem revisão, e o valor aumenta", criticou.

A seguir, Wellington de Aquino Sarmento, consultor na área de transportes, falou sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias, cujo objetivo é "desenvolver o conhecimento da engenharia ferroviária, bem como o domínio e a atualização permanente da tecnologia do setor".

Encerrando o evento, Francisco Costa, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, apresentou, juntamente com a equipe técnica responsável, o projeto do Museu Ferroviário Nacional, que funcionará na Estação Barão de Mauá, inaugurada em 1854, no Rio de Janeiro.

Aldo Rebelo, ministro do Esporte, faz balanço dos preparativos do mundial de futebol no País

Perspectivas para a Copa 2014

Deborah Moreira

Num seminário realizado pela FNE, no dia 11 de abril, no auditório do Seesp, em São Paulo, especialistas e autoridades debateram a situação dos preparativos para a Copa 2014, que tem início no dia 12 de junho, e o legado que o evento deixará ao País. O tema faz parte do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" desde 2011 e foi objeto de inúmeras discussões realizadas em cidades-sede do campeonato, como Manaus, Cuiabá, Fortaleza e Brasília.

"O Cresce Brasil é uma experiência vitoriosa, de apoio ao desenvolvimento do País e da engenharia nacional", destacou o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, dando início a sua palestra. Segundo ele, todo o conjunto do megaevento "é, antes de tudo, uma grande obra de engenharia, em todas as suas especificidades". Rebelo elencou alguns dos resultados dessa dinâmica: geração de cerca de 3,6 milhões de empregos, segundo consultorias independentes; viadutos, metrôs, Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), construção de estádios, reformas em aeroportos. "Temos, portanto, um grande legado", concluiu.

Rebatendo a torcida contra, enfatizou que o País "não vai se atrapalhar com a Copa do Mundo", lembrando que o "Brasil já fez coisas mais importantes" e comportou um grande público. "No último Carnaval, as cidades do Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro receberam mais de 6 milhões de turistas. Ou seja, quase o dobro do que vamos receber durante toda a Copa", comparou. O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, concordou: "Não acho que teremos tudo terminado até o mundial. Mas estaremos prontos para receber as delegações e os turistas e fazer a melhor Copa."

Rebelo também enfatizou a importância de realizar a competição em 12 cidades-sede, com o objetivo de integrar todas as regiões do País. "Interligamos a Amazônia aos centros de pesquisa de todo o mundo, utilizando a engenharia logística, por exemplo", comentou.

Beatriz Arruda

Desafios à realização do mundial de futebol e legados à população brasileira foram abordados em evento promovido pela FNE, com a presença do ministro Aldo Rebelo (ao centro).

A vice-prefeita de São Paulo e também engenheira, Nádia Campeão, lembrou que a escolha por tantas cidades-sede foi "um desafio imenso". Responsável pela coordenação da organização do evento na capital paulista, ela ressaltou o papel dos trabalhadores nesse esforço. "Aqui em São Paulo, temos enfrentado as dificuldades, os problemas, com os nossos engenheiros e arquitetos", disse.

Estádios

O consultor do "Cresce Brasil", Artur Araújo, salientou que o desafio maior do País para realizar a Copa era a construção de estádios que atendessem ao padrão exigido pela Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). Segundo ele, deficiência devidamente equacionada. Ele atribuiu o "excelente desempenho" na execução das obras em especial à aprovação do regime regulatório para a contratação. No entanto, Araújo avalia que é preciso refletir sobre o porquê de as demais ações previstas ainda não terem sido concluídas. Algumas sequer começaram, como as obras de mobilidade urbana: "Essa situação é inusitada no Brasil. Não foi por falta de verba nos estados e municípios que as obras não foram realizadas. É preciso entender se os governos locais não têm demandado ou o têm feito muito lentamente."

O engenheiro e contabilista Richard Dubois, consultor do Ministério do Esporte, também convidado a integrar a mesa, falou da integração de estados, municípios e governo federal na execução de planos operacionais, para garantir o evento, como legado: "O setor público está aprendendo a ter uma celeridade inédita."

Aeroportos preparados, garante governo

O secretário-executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Guilherme Ramalho, garantiu que os aeroportos brasileiros estarão em condições físicas para atender a demanda da Copa 2014, que começa em 12 de junho. Isso apesar da previsão de continuidade de obras por vários anos ainda. A declaração foi dada também no dia 11 de abril, durante palestra promovida pela FNE, na sede do Seesp, na capital paulista, para debater a questão da infraestrutura aeroportuária.

Segundo o Ministério do Turismo, o País receberá 600 mil turistas estrangeiros e 1,1 milhão de brasileiros devem circular pelos aeroportos nacionais. No total, o mundial será responsável por 5,9 milhões de viagens, estima o órgão.

Ramalho lembrou que nos últimos dez anos a demanda aeroportuária se expandiu consideravelmente, sendo o avião hoje o principal modal de integração do País: "De 2003 a 2013, tivemos um crescimento fantástico, passando de 33 milhões de passageiros para mais de 110 milhões. Um crescimento médio de 11% ao ano." Segundo estudo realizado pela International Air Transport Association (Iata), até 2016, o Brasil passará a ser o terceiro maior mercado de transporte de passageiros domésticos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Levantamento do Movimento Operacional da Rede Infraero de 2012 mostra que o incremento entre 2010 e 2012 foi de 25,2%.

(Rosângela Ribeiro Gil)

Guilherme Ramalho (2º da direita à esquerda) falou sobre infraestrutura e demanda aeroportuárias.

MA

Workshop faz balanço e traça metas

No dia 26 de abril último, foram discutidas no *Workshop* Senge 2014 as metas a serem desenvolvidas no decorrer deste ano, com a presença do presidente do sindicato, Berilo Macedo da Silva. Na ocasião, também foi apresentado um balanço do trabalho realizado pela entidade.

Joaquim Benedito Neto

Presidente Berilo Macedo coordena planejamento para 2014 com sua diretoria.

Entre as principais metas, destacam-se a criação de delegacias regionais do Senge nas principais cidades do Estado, a começar por Imperatriz; mobilização da campanha de filiação, com a meta de atingir mil associados; confecção de carteiras de filiação no formato de cartão magnético; e constituir o Conselho Tecnológico, incluindo especialistas renomados em vários ramos da engenharia, que se manifestará em nome do sindicato nas questões e demandas de interesse da coletividade. Terá continuidade o Fórum Metropolitano da Grande São Luís para apresentar propostas à Mobilidade Urbana e ao Saneamento Básico. Também será lançado o *site* do Senge no próximo dia 29 de maio.

AL

Entidades buscam caminhos contra decisões do Crea

Durante plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), no dia 25 de março último, os conselheiros de oposição à atual gestão manifestaram sua indignação com o fato ocorrido em 18 de fevereiro. Na ocasião, após a retirada desses da sessão, o presidente Roosevelt Patriota Cota elegeu a diretoria que comandará o órgão em 2014. "Esse episódio jamais poderia ter ocorrido, pois no plenário havia apenas 15 conselheiros, número insuficiente para a formação de quórum à realização de qualquer decisão, entre outros erros", disse o presidente do Senge, Disneys Pinto da Silva. Segundo ele, o procedimento foi irregular e contrário ao Regimento Interno. "Resta ao Senge e à Sociedade dos Engenheiros Agrônomos de Alagoas, representados por seus conselheiros de oposição, procurar caminhos que tolham tais decisões nefastas e comportamentos arbitrários advindos da atual gestão do Crea-AL", asseverou.

Andreza Araújo

Oposição indignada com manobras que elegeram irregularmente a diretoria que comandará o órgão.

Holanda recebe título de cidadão de Maceió

Ascom Câmara

O engenheiro Chico Holanda recebe comenda do autor da proposta, Marcelo Gouveia.

Em 4 de abril último, foram feitas homenagens ao ex-vereador Chico Holanda (PP) e, em memória, à ex-superintendente Tereza Holanda. A sessão solene na Câmara Municipal de Maceió concedeu a ambos títulos de cidadãos honorários da cidade, atendendo proposição do vereador Marcelo Gouveia (PRB). Ele justificou a iniciativa lembrando que "a atuação de Chico Holanda tem destaque em toda a capital, e Tereza foi um exemplo como servidora pública". Compuseram a mesa o vice-prefeito Marcelo Palmeira (PP), o deputado estadual Dudu Hollanda (PSD), os presidentes Disneys Pinto (Senge-AL) e Carlos Mendonça (Instituto Arnon de Mello), o ex-secretário estadual de Infraestrutura, Marco Fireman, o ex-deputado Eraldo Malta e Francisca Lins Pinheiro, representando os servidores da Câmara.

PI

Profissionais aguardam PCCS em Teresina

Os engenheiros e arquitetos da Prefeitura de Teresina (PI) aguardam resposta da administração municipal sobre a criação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) específico para as categorias. Desde novembro de 2013, ocorreram reuniões com os secretários da Administração (Charles Max), Planejamento (Washington Bonfim) e Finanças (Admilson Brasil) para buscar um entendimento sobre o assunto. Conforme Antonio Florentino Filho, presidente do Senge Piauí, eles reconheceram ser necessária a valorização desses profissionais, visto que muitos convocados do último concurso recusaram a nomeação devido à defasagem salarial. Após o sindicato refutar a primeira proposta da Prefeitura, os gestores comprometeram-se a apresentar novo desenho para o PCCS até o início de maio. "A categoria está confiante numa resposta positiva", afirma Florentino.

Léo Tôrres

Comissão de engenheiros negocia com o secretário de Planejamento, Washington Bonfim.

RS

Associados elegem diretoria para 2014-2017

Com 63% dos votos, foi eleita a Chapa 1 para a diretoria do Senge-RS na gestão 2014-2017. O pleito foi realizado entre 2 e 4 de abril. A equipe é liderada por Alexandre Mendes Wollmann, atual vice-presidente, que teve como plataforma a continuidade da linha adotada nos últimos seis anos pela entidade, sob o comando de José Luiz Bortoli Azambuja. Em oposição, participou da disputa a Chapa 2, encabeçada pelo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RS), Luiz Alcides Capoani. Azambuja destacou a disputa e debates de ideias em torno do sindicato "em um processo cuja lisura e transparência foi atestada por auditoria independente contratada". Concluído o processo, o compromisso da nova diretoria é trabalhar e bem representar a totalidade dos profissionais no Rio Grande do Sul, agregando todos que queiram contribuir à valorização da engenharia gaúcha e nacional. Wollmann assume o mandato compromissado com a ampliação da presença do sindicato nas mesas de negociações coletivas. Além de consolidar a profissionalização da gestão operacional, iniciada nos últimos anos, também está nos planos do Senge a expansão da atual sede da Avenida Erico Veríssimo, ambas em atenção ao crescimento das demandas de serviços prestados aos associados e ao Programa de Qualificação da entidade, que cada vez mais se apresenta como alternativa à capacitação dos profissionais de todas as áreas da engenharia.

Divulgação Fortalecimento Sindical

Com 63% dos votos, Chapa 1 vence eleição do Senge-RS.

CNTU realizou seu primeiro encontro de mulheres e elaborará propostas aos candidatos nessas eleições

Contribuir à igualdade de gênero

Soraya Misleh

A situação atual da mulher no trabalho, na saúde e na política, bem como os desafios para se garantir igualdade de gênero foram apresentados durante o 1º Encontro da Profissional Universitária. Resultante de 12 reuniões realizadas desde a criação em 8 de março de 2013 – Dia Internacional da Mulher – do Coletivo de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Regulamentados Universitários (CNTU), a iniciativa foi promovida por essa organização, à qual a FNE é filiada. Sediado no auditório do Seesp, na capital paulista, em 15 de abril, o evento contou com exposições de especialistas que devem subsidiar a elaboração de documento a ser entregue pela entidade aos candidatos nas eleições deste ano. Entre os dados apontados, a desigualdade salarial e a dificuldade de ascensão profissional enfrentadas pelas mulheres, o retrocesso nos programas voltados à sua saúde e a baixa inserção na política – com apenas 9% de presença feminina no Legislativo – e mesmo nas direções de sindicatos. Avaliação do encontro, resultados e próximos passos foram abordados por Gilda Almeida, coordenadora do Coletivo de Mulheres da CNTU e vice-presidente da entidade, nesta entrevista ao **Engenheiro**.

Qual a sua avaliação do encontro?

O evento foi excelente, com grandes contribuições das expositoras e das perguntas que vieram. Tanto as mulheres quanto os homens presentes auxiliaram a que possamos aprofundar na construção de uma política de gênero.

Essa é uma iniciativa pioneira enquanto confederação de profissões universitárias?

Coletivamente, das profissões juntas, é pioneira. A CNTU saiu na frente, mostrou o que tem procurado construir nas políticas para contribuir ao processo de desenvolvimento da nossa sociedade e do nosso país.

No encontro foi aprovada por aclamação uma carta que se fundamenta em documento-base a nortear as propostas da CNTU sobre o tema. Qual é a política que se pretende?

O documento trata de três temas: a questão da mulher no trabalho, na saúde e na política. Quanto ao primeiro, apesar de a mulher representar mais de 40% no mercado de trabalho e mais de 50% da população brasileira, precisamos debater essa inserção e de como a mulher vai poder galgar passos mais profundos no sentido de ser reconhecida enquanto profissional efetivamente. A questão da saúde foi muito bem colocada no encontro, temos várias lacunas, com a imposição à mulher da responsabilidade exclusiva pela maternidade, enquanto essa é uma reponsabilidade social e do Estado. Acho que vamos avançar bastante nas propostas nesse sentido. E na política, nada mais justo que a mulher esteja também empoderada para poder legislar, executar as políticas de gênero que a gente quer construir. Portanto, é importante que esteja na política, para que possamos ter uma sociedade mais justa, com igualdade de oportunidades. Acho que sai desse encontro uma nova CNTU, com a cara de gênero feminino também.

Beatriz Arruda

Gilda Almeida: "Temos que estimular a participação e organização das mulheres."

Estamos num ano eleitoral. O Coletivo de Mulheres da CNTU pretende elaborar um documento para ser entregue aos candidatos com base no que foi discutido no encontro?

É uma grande oportunidade de termos uma proposta efetiva da CNTU nessa questão, trabalhando no processo eleitoral. A carta apresentada no encontro é um documento simples, mas político que a gente pode trabalhar junto à sociedade e aos poderes públicos. Do ponto de vista de reivindicação, podemos extrair uma série de propostas para encaminhar aos candidatos. Vamos reunir todo o aporte que tivemos no encontro e finalizar o documento-base para tanto.

Foi levantada durante o evento uma demanda de que a discussão feita fosse levada também para outros estados. Como você avalia isso?

Eu acho que temos que fazer isso, se quisermos avançar do ponto de vista prático. Temos que ir para as bases, o que significa ir para as federações e para os estados, para os nossos sindicatos, porque é aí que vamos conseguir viabilizar essas políticas, organizando não somente as mulheres, mas o movimento sindical como um todo em torno dessas propostas. É importante a descentralização. Temos que estimular a participação e formação das mulheres no Coletivo, em comissões, secretarias, seja qual for a melhor forma de organização para trabalhar essas propostas. Isso é fundamental, e a CNTU tem e pode fazer com que funcione.

Quais os principais problemas da profissional universitária nessa questão de gênero?

Acho que o maior problema é quanto à ascensão profissional. Nos cargos mais elevados, tanto no setor público quanto privado, diminui a presença da mulher. Lógico que tem a questão salarial, com a mulher ganhando quase 30% a menos que os homens em média, mas esse é um problema muito mais no setor privado. A questão do empoderamento é fundamental para que a gente consiga diminuir as diferenças. Outra questão crucial é quanto à necessidade de equipamentos sociais para que a mulher participe. Ela ainda não tem opções de quem cozinhe, lave, cuide dos filhos, porque a dupla, a tripla jornada é uma constante no movimento das mulheres hoje, mesmo entre as mais esclarecidas, como é o caso das que estão nas profissões de nível universitário, porque tiveram mais oportunidades. A dificuldade é muito grande. Isso se vê na inserção no movimento sindical, em que as mulheres dificilmente chegam a cargos prioritários.

Quem quiser integrar o Coletivo de Mulheres da CNTU, o que deve fazer?

Procurar a CNTU. Estamos abertas. É extremamente democrático, todo mundo pode participar.

Código do setor cria regras que facilitam trabalho de pesquisadores e das instituições

Desburocratizando a ciência brasileira

Rosângela Ribeiro Gil

Após três anos em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2.177/2011, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), foi aprovado, no dia 23 de abril, na comissão especial que analisava o tema na Casa. A matéria segue para apreciação do plenário – a expectativa é que seja incluída na pauta até a segunda quinzena de maio –; sendo aprovada, vai ao Senado. O relator do substitutivo do projeto, deputado Sibá Machado (PT-AC), comemorou a vitória, creditando-a ao trabalho e empenho da comunidade científica do País. "A partir das sugestões, formatamos um texto que atendesse aos anseios dos pesquisadores e instituições e resultasse em benefícios à população, com soluções tecnológicas para os novos desafios econômicos e sociais do Brasil."

Como explica o engenheiro Marco Aurélio Cabral Pinto, consultor no assunto do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", o código procura aprimorar a Lei de Inovação (nº 10.973/04). "Para tanto, pretende estimular a cooperação no desenvolvimento de produtos entre empresas e instituições de pesquisa e altera o conceito de dedicação exclusiva de pesquisadores estatutários, que, pelas novas regras, poderão exercer atividades no setor privado." Entre outros pontos, o texto estabelece a concessão de recursos diretamente ao pesquisador, dá liberdade às entidades de pesquisa para remanejamento de verbas, garante participação do criador nos ganhos econômicos do trabalho científico e cria a prestação de contas simplificada por parte das instituições.

Outro aspecto destacado por Cabral Pinto é o tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços, pela administração pública, para empresas que invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação e de base tecnológica. O consultor da FNE ressalta que o substitutivo aprovado institui a dispensa de licitação em contratações de Empresas de Base Tecnológica (EBTs), definida como "sociedade empresarial que fundamente sua atividade produtiva no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços".

Com essas mudanças, segundo Cabral Pinto, a engenharia brasileira poderá atuar de maneira mais competitiva na medida em que não é possível se alcançar êxito em política tecnológica sem integrá-la aos esforços industriais e comerciais de empresas dispostas ao longo de cadeias produtivas estabelecidas dentro do território nacional.

Desenvolvimento e integração

Os avanços científicos e tecnológicos tornaram-se um vetor fundamental do crescimento econômico, da conservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida. A CT&I se associa hoje à busca de soluções para os problemas da humanidade, como os relacionados à energia, mudanças climáticas, disponibilidade de alimentos e de água, saúde, envelhecimento e degradação ambiental, entre outros. Nesse sentido, o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Gadelha, em nota oficial distribuída à imprensa, afirma que as mudanças na legislação brasileira são consideradas essenciais para eliminar entraves à atuação das instituições que geram conhecimento e inovação no País.

Cabral Pinto entende que a evolução tecnológica nacional deve ser pensada a partir de premissas realistas sobre a dinâmica do sistema internacional e sobre as parcerias estratégicas que podem ser construídas pelo Brasil. "A partir de escolhas geopolíticas, o País terá possibilidade de cobrir frente mais ampla de trajetórias tecnológicas relevantes." Ele indica como importante relacionar as competências tecnológicas brasileiras com aquelas acumuladas em nações vizinhas da América do Sul e África, principalmente. "Existem caminhos importantes já mapeados, como o de substituição competitiva de importações dentro do bloco sul-americano, com iniciativas no segmento aeroespacial, nuclear, entre outras alianças possíveis", relaciona.

Como explica Sibá Machado, o código tornou-se um conjunto de quatro leis. Além do PL que institui a norma, há a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 290/13, que cria o conceito de inovação e o Sistema Nacional de CT&I

Entre os avanços apontados por especialistas está possibilidade de parceria entre órgãos públicos e iniciativa privada e maior competitividade à engenharia nacional.

e foi aprovada também no dia 23; um projeto que estabelece o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), cujo intuito é definir as regras para o uso de recursos públicos em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), ainda em negociação com o governo, pois deve ter origem no Executivo; e a Lei Geral de Acesso aos Recursos da Biodiversidade, que está parada em razão de divergências envolvendo os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Todavia, o parlamentar acredita que até dezembro próximo todas as matérias estejam aprovadas e promulgadas. "Será o nosso presente de Natal para a ciência do Brasil", aposta.

Esse arcabouço legal, avalia Machado, permitirá uma forte desburocratização do trabalho de pesquisa, assim como inserirá a participação das empresas no processo de inovação. Propiciará, por exemplo, que o pesquisador das instituições científicas e tecnológicas (ICTs) públicas tenham um tempo de 416 horas/ano para trabalhar de forma remunerada em pesquisa com empresas estatais e privadas. "Poderemos ampliar muito a geração de patentes e produtos inovadores", comemora.

Beatriz Arruda

Nova legislação para setor de C, T & I deve atender anseios de pesquisadores brasileiros.